

Tenho *voto* na matéria.

unicef  para todas as crianças

Audiência Parlamentar

Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

30 de novembro de 2022

1. Introdução

Por altura do 33.º aniversário da adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança, que se celebrou a 20 de novembro, o Grupo Consultivo de Crianças e Jovens da UNICEF gostaria de apresentar, na Assembleia da República, o que preocupa os cidadãos mais jovens e de que forma podem contribuir nas decisões e assuntos que afetam as suas vidas, em linha com o Artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos da Criança.

O **Grupo Consultivo de Crianças e Jovens** é constituído por crianças e jovens, entre os 10 e os 19 anos, a viver em Portugal e provenientes de diferentes geografias. Respeitando o princípio da pluralidade, da inclusão e da diversidade, os membros deste Grupo têm contextos e histórias de vida diferentes – desde crianças a viver em acolhimento institucional, em contextos de vulnerabilidade económica e social, de etnia cigana, com deficiência ou crianças refugiadas.

Este Grupo foi inicialmente criado em junho de 2021 com o objetivo de desenvolver uma consulta nacional, *Tenho Voto na Matéria*, que auscultou mais de 10.000 crianças sobre o que pensam das suas comunidades.

Neste sentido, a audiência requerida à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, tem como objetivos:

- Promover uma oportunidade de participação positiva e significativa para as crianças e jovens, fomentando e pondo em prática valores de liberdade, democracia, cidadania e respeito, bem como desenvolvendo a sua capacidade de pensamento crítico, diálogo, comunicação e as competências para intervirem enquanto cidadãos ativos na escola e na comunidade de uma forma consciente e responsável;
- Promover um debate inclusivo, criando a possibilidade de crianças e jovens expressarem os seus interesses e preocupações publicamente, serem ouvidas na construção de soluções para o desenvolvimento das suas comunidades e da sociedade em geral, e que as suas propostas sejam tidas em consideração pelos decisores políticos;
- Desenvolver o conhecimento sobre a realidade das crianças e jovens em Portugal face aos resultados da consulta pública *Tenho Voto na Matéria*, identificando prioridades e pistas de ação;
- Reconhecer o papel de cada um/a na construção de uma sociedade democrática.

Está previsto que estejam presentes, na audiência, 11 membros do Grupo Consultivo de crianças e jovens da UNICEF Portugal, de diferentes idades (entre os 10 e os 19 anos), zonas geográficas e contextos e histórias de vida.

Por questões de salvaguarda, as crianças e jovens estarão acompanhados por adultos de referência, incluindo da UNICEF Portugal.

2. Breve contextualização da consulta “Tenho Voto na Matéria”

Em setembro 2021, por ocasião das eleições autárquicas, a UNICEF Portugal lançou a iniciativa [Tenho Voto na Matéria](#), uma consulta nacional com o objetivo de recolher os contributos de crianças e jovens – entre os 6 e os 18 anos de idade, de todo o país – sobre o que pensam e desejam para as suas comunidades.

Os contributos foram recolhidos através de um inquérito online e sessões de discussão com a colaboração da Rede de Cidades Amigas das Crianças da UNICEF, escolas, organizações locais e outros parceiros.

De uma forma sem precedentes, entre os dias 15 e 26 de setembro, **9.306 crianças e jovens de todos os distritos do país**, entre os **6 e os 18 anos de idade**, responderam ao inquérito online. No mesmo período, escolas e organizações locais realizaram cerca de **60 sessões de discussão com a participação de 903 crianças e jovens**. Não votando nas eleições autárquicas, as crianças e jovens participaram na reflexão democrática durante a campanha eleitoral mostrando que também têm *Voto na Matéria*, e colocando em evidência a disponibilidade e a ambição que têm de se envolverem nos temas que afetam a sua realidade, o seu quotidiano, a sua vida e a das comunidades em que vivem.

2.1. O que dizem as crianças e jovens sobre a sua comunidade

Os resultados da consulta foram validados pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, da Universidade Católica Portuguesa, e foram compilados num [Relatório](#). Concluiu-se que:

- 76% das crianças e jovens que participaram na consulta pública considera que os adultos não lhes perguntam a opinião quando tomam decisões sobre a sua cidade, vila ou aldeia;
- Apenas 18% crianças e jovens considera que a sua opinião influenciou o que foi decidido relativamente a alguma decisão sobre a sua cidade, vila ou aldeia;
- A **saúde mental**, a **discriminação**, a **internet e as redes sociais** são as três principais preocupações das crianças e dos jovens.

Nas sessões de discussão, as crianças e jovens partilharam, ainda, que veem com preocupação as **condições habitacionais, o saneamento básico, o acesso à saúde**, em particular pela população idosa, assim como a **carência de apoios sociais e económicos para as famílias em situação de maior vulnerabilidade**. A existência de **espaços de lazer e de desporto, a gestão e planeamento dos transportes, a mobilidade e acessibilidades**, foram outros dos desafios identificados pelas crianças e jovens nas suas comunidades.

2.2. Participação colaborativa

Desde 2021 têm sido criadas diversas oportunidades de colaboração com o Grupo Consultivo de crianças e jovens. Foi o Grupo Consultivo que, numa sessão pública realizada no dia 19 de novembro de 2021, na Universidade Católica Portuguesa, apresentou e debateu os resultados da consulta com autarcas dos três municípios que tiveram maior expressão em termos de respostas – Cascais, Guimarães e Lisboa.

Em dezembro de 2021, em colaboração com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, e com o objetivo de recolher os contributos de crianças e jovens sobre o que pensam e o que sugerem para apoiar o desenvolvimento de medidas adequadas à sua geração e às necessidades que sentem, dinamizou-se uma conversa com o Grupo Consultivo. Durante a sessão foi possível conhecer as principais dificuldades do Grupo e dos seus pares no acesso a serviços básicos (como habitação digna, alimentação, educação de qualidade, saúde, entre outros) e que respostas consideraram mais urgentes.